

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1013870-90.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos**
Requerente: **FERNANDO HENRIQUE SAVIAN**
Requerido: **APLLE COMPUTER BRASIL LTDA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que teve o seu aparelho de telefonia celular fabricado pela ré roubado e que antes de conseguir bloqueá-lo houve o acesso indevido de suas contas e *e-mail* pessoais.

Alegou ainda que em contato com a ré ela, na esteira das propagandas que veicula, esclareceu que seu sistema de segurança seria inviolável.

Como isso não se deu no caso, almeja ao ressarcimento dos danos morais que suportou, bem com a condenação da ré a informar quem teria burlado o seu aparelho celular.

A preliminar de decadência da ação arguida pela ré em contestação não merece acolhimento.

Isso porque a simples leitura da petição inicial atesta que a ação não se baseia em suposto "*vício aparente ou de fácil constatação*" (art. 26, *caput*, do CDC) imputável à ré, mas em falha por não ter garantido a inviolabilidade do sistema de segurança de produto que fabricou.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

A regra normativa invocada pela ré, em consequência, não tem aplicação ao caso, de sorte que rejeito a prejudicial suscitada no particular.

O que mais foi deduzido nessa sede entrosa-se com o mérito da causa e como tal será apreciado.

Dois são os pedidos formulados pelo autor, a saber: a condenação da ré a fornecer os dados de quem teria burlado o aparelho que lhe foi roubado e a reparação pelos danos morais que teve com o acesso indevido ao conteúdo desse aparelho.

No que concerne ao primeiro, o Boletim de Ocorrência de fls. 89/90 confere verossimilhança à explicação do autor, no que concerne ao roubo de aparelho fabricado pela ré e que se encontra lá perfeitamente identificado.

Nada se contrapõe a essa prova, muito embora a ré dispusesse de plenas condições técnicas para tanto, de sorte que a obrigação de fazer buscada pelo autor se justifica como alternativa ao aprofundamento da apuração dos fatos noticiados.

Ressalvo, por oportuno, que se a ré futuramente comprovar por elementos idôneos que não dispõe dos elementos desejados (o que até o momento não teve vez) a obrigação respectiva será reconhecida como de impossível cumprimento.

Já no que diz respeito ao segundo pedido, não extraio lastro minimamente consistente a sustentá-lo.

O autor na petição inicial deixou claro que conseguiu bloquear o seu aparelho (fl. 03, primeiro parágrafo), passando então a tecer considerações que tocavam exclusivamente à pessoa que o acompanhava na oportunidade e que teve um aparelho igualmente roubado.

Posteriormente, fez referência de que *"antes de conseguir bloquear seu iPhone, teve seu e-mail e contas pessoais sendo acessadas, inclusive acessos a seu e-mail pessoal ... em outros países: Alemanha, Marrocos e Rússia"* (fl. 04, antepenúltimo parágrafo).

Em duas ocasiões, por fim, aludiu a *e-mails* de confirmação que teria recebido da ré, os quais corroborariam os acessos indevidos de que teria sido vítima (fl. 04, antepenúltimo parágrafo e parágrafo que o antecedeu).

Chegou a ser instado a manifestar-se sobre tais provas, porquanto elas não teriam sido apresentadas ao contrário do que foi destacado pelo autor (fl. 108, item 2), limitando-se então a asseverar que a comprovação da violação de seus dados constaria do relato de fls. 86/87 (fl. 115), implementado por ele mesmo.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

O quadro delineado conduz à rejeição desse pleito.

Na verdade, ele está fundamentado no acesso indevido de dados pessoais do autor, o que lhe teria afrontado a privacidade e intimidade, mas não há nos autos sequer indício nessa direção.

A petição inicial foi explícita ao detalhar que haveria mensagens sobre o assunto, mas elas não foram coligidas e, o que é pior, acabou por admitir-se reflexamente que inexistiam porque em última análise a comprovação dos acessos se escorou exclusivamente em relato do próprio autor.

Por outras palavras, a demonstração do fato que alicerçou o pedido de ressarcimento dos danos morais está circunscrito à palavra do autor, não prestigiada por outros elementos de convicção.

Assim, tenho por não caracterizados esses danos à míngua de suporte mínimo que levasse à ideia de acesso indevido aos dados pessoais do autor.

Nem se diga, ademais, que a falta de apresentação das gravações relativas aos protocolos elencados a fl. 03 modificaria essa situação, pois de acordo com o autor nesses contatos a ré somente teria reafirmado a inviolabilidade do sistema de segurança de seu produto (não há nenhuma alusão aos acessos de dados pessoais do autor).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a fornecer no prazo máximo de dez dias os dados de quem burlou o aparelho do autor (observado o que foi fornecido a fl. 09, quarto parágrafo), sob pena de multa diária de R\$ 100,00 (cem reais), até o limite de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Ressalvo desde já que em caso de descumprimento da obrigação, e sendo o limite da multa atingido, esta se transformará em indenização por perdas e danos sofridos pelo autor, prosseguindo o feito como execução por quantia certa.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intemem-se.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

São Carlos, 19 de setembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**